



Apresentação

Trajetórias de educação e de trabalho na vida de jovens e adultos

Naira Lisboa Franzoi
Maria Margarida Machado

As políticas educacionais voltadas à escolarização e à profissionalização de jovens e adultos trabalhadores chegam ao século XXI, em meio a um eferescente debate resultante das ações e das políticas implementadas pelo governo federal na área, principalmente após o Decreto nº 2208/97. Esta política combinava a separação entre ensino médio e profissional nas escolas técnicas com um programa de qualificação profissional para desempregados - o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) do Ministério do Trabalho e Emprego. As instituições responsáveis por este tipo de ensino, a comunidade acadêmica e os movimentos sociais envolvidos com a questão são incitados ao debate e à proposição de ações.

A presença dos movimentos sociais na educação profissional, em especial as centrais sindicais, já vinha sendo marcada desde a década de 1990, por sua forte atuação no redesenho do PLANFOR, disputando os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que, através do Programa, eram postos à disposição da sociedade civil para execução das ações de qualificação, que, regra geral, se constituíam de cursos curtos e de qualificação estrita. Diante da baixa escolaridade dos trabalhadores, propunham, e puseram em prática, outro tipo de formação que buscava conciliar a qualificação profissional, fortemente demandada pelos trabalhadores, na tentativa de ingresso no mercado de trabalho, com elevação de escolaridade.

Essas ações se fizeram acompanhar de um grande movimento, os debates que vinham aglutinando esses movimentos e setores progressistas da comunidade acadêmica. Cita-se, em especial, a série de seminários promovidos pelo IIEP¹ sobre Qualificação Profissional e Elevação de Escolaridade. Em 2002, também por iniciativa do IIEP, pesquisadores de universidades, representantes de órgãos governamentais e sindicalistas reuniram-se, em Santo André, e redigiram uma proposta que deveria subsidiar o governo Lula, recém-empossado, no tocante às políticas de educação profissional. A Carta de Santo André, como ficou conhecida, sugeria, entre outros pontos destacados, a implementação de políticas que aliassem qualificação profissional e elevação de escolaridade para trabalhadores.

Eleito com forte base nos movimentos sociais, em 2002, ao tomar posse, o governo Lula buscou incorporar tais debates e experiências. Uma das primeiras ações da diretoria de Ensino Médio da, então, SEMTEC/MEC foi desenvolver, em 2003, um estudo sobre essas experiências, com a participação de pesquisadores de universidades envolvidos com o tema. Para tanto, deveriam ser mapeadas, registradas e, algumas delas, conhecidas em profundidade. A pesquisa foi conduzida nacionalmente pelo IIEP. Entre as experiências mapeadas, destacam-se os Programas da Escola 8 de Março, para sapateiros, enfermeiros e trabalhadores da indústria de vestuário; o Programa Integrar, da Federação Nacional dos Metalúrgicos da CUT; o ITERRA, Escola do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST); as Casas Familiares Rurais, dentre elas uma escola para pescadores; e, o Projeto Integrar, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que oferecia educação profissional integrada ao Ensino Fundamental, com certificação oficial, que ganhou visibilidade dada sua importância².

Esse movimento inscrevia-se em uma luta mais ampla dos setores progressistas da educação, desde as primeiras discussões sobre a LDB, iniciadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, na defesa de uma educação politécnica. No campo *Trabalho-Educação*, representado em grande parte pelo GT Trabalho e Educação da ANPEd.³ O GT foi um importante protagonista do processo que resulta na promulgação do Decreto 5.154/2004, que procurou recuperar a integração entre ensino médio e ensino técnico, interdita pelo Decreto 2.208 exarado pelo governo FHC.

É também após a Constituição Federal de 1988 que a educação fundamental passa a ser um direito de todos independentes da idade. A obrigatoriedade da oferta de ensino fundamental a todos, prevista também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, consolida a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade da educação básica, constituindo-se numa possibilidade de superação da concepção de oferta aligeirada e compensatória de escolarização que vinha marcando as experiências de ensino supletivo pelo país. Essa nova configuração da EJA traz a possibilidade de aproximação do debate entre Trabalho e Educação e EJA, o que vai resultar na aproximação dessa modalidade de ensino da modalidade de educação profissional (EP).

As trajetórias desses dois campos se fundem numa oferta da educação de jovens e adultos com qualificação profissional, novamente possível após o Decreto nº 5.154/04, e implementada pela rede federal de educação profissional e tecnológica, a partir do Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, que instituiu, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

A retomada da discussão, em âmbito nacional, nos últimos anos sobre a qualificação profissional, trouxe para o campo da EJA uma nova expectativa no que se refere às possibilidades de reconfiguração dos seus currículos. A possibilidade de construção de propostas curriculares de EJA, no ensino fundamental, integradas à perspectiva da formação inicial e continuada de trabalhadores e, no ensino médio, integradas à educação profissional técnica está concretamente amparada no decreto que cria o PROEJA, em que se explicita que “Os cursos e programas do Proeja deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: I-ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador [...]”.

O Programa consiste em oferecer educação profissional na modalidade EJA em todas as redes de ensino, em particular nas escolas técnicas federais. Essa política constituiu-se de três ações articuladas: a oferta dos cursos de Proeja, a formação de professores com foco nas duas modalidades, a execução de pesquisas que visam acompanhar as experiências de Proeja em andamento. A formação constitui-se de cursos de especialização *Lato Sensu* e cursos de formação continuada executados pela rede federal de educação profissional e tecnológica⁴ conjuntamente com universidades, em quase todos os estados do Brasil. As pesquisas são fruto do convênio firmado entre Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e CAPES, desenvolvidas em uma rede de pesquisadores, congregando vários estados do Brasil, com equipes constituídas por universidades, CEFETs e IFTs.

Tal convênio tem possibilitado a análise da política “em movimento”, à medida que estabelece uma articulação entre os programas de pós-graduação envolvidos e gestores e professores das escolas que executam o programa, constituindo grupos interinstitucionais de pesquisa. Os grupos de pesquisa envolvem 19 universidades, um CEFET, 10 IFTs um Centro Estadual de Educa-

ção Profissional e Tecnológica e uma unidade do Senac, com seus professores, mestrandos e doutorandos⁵.

A forma de implementação do PROEJA acabou por induzir a um processo fecundo de debate em torno da política e construção deste novo campo teórico-metodológico que nasce da confluência de EJA e EP. Os resultados parciais destas pesquisas têm sido apresentados no GT 9 - Trabalho e Educação e no GT 18 – EJA, da ANPEd, que se debruçam, respectivamente, sobre a educação profissional, dentre outros temas, e sobre a Educação de Jovens e Adultos. Desde 2007, também vêm ocorrendo minicursos e sessões especiais, envolvendo as equipes de pesquisa do convênio Proeja Capes/Setec⁶.

Os grupos de pesquisa vêm se reunindo intra e entre estados para refletir sobre as temáticas envolvidas, entre pares e com palestrantes estrangeiros convidados. Esse movimento acadêmico aliado a pesquisas empíricas, em diferentes estados e em diferentes realidades escolares, tem resultado em uma produção consistente, que contempla diferentes eixos temáticos e referenciais teóricos, mas com recente e, ainda, insuficiente sistematização e, conseqüente visibilidade.

Este dossiê tem por objetivo oferecer aos estudiosos das áreas de Educação de Jovens e Adultos e de Trabalho e Educação, e àqueles que hoje estão envolvidos com a implementação de propostas políticas de integração entre as duas áreas – nomeadamente o PROEJA –, uma publicação que sistematiza e dá visibilidade à produção acadêmica neste campo de estudos teórico-metodológicos e interdisciplinares, contribuindo para sua consolidação.

Alguns dos autores o fazem de lugares externos ao PROEJA. Inscrevem-se, neste conjunto, os textos de José Alberto Correia, Yves Schwartz, autores estrangeiros convidados para que, à luz de suas pesquisas e elaborações teóricas, nos ajudem a pensar o PROEJA; convergem ao abordar a relação entre a experiência do trabalho e a formação, e também tendo como elemento de análise a linguagem. Correia busca contribuir para a compreensão dos modos como as linguagens e os sistemas de formação lidam com a problemática do trabalho. O autor considera que para que se construa uma cientificidade alternativa com vistas a uma atitude sócio-antropológica e ética, é necessário que as práticas de interpretação/tradução e escuta sejam centrais ao trabalho científico e que o mesmo se deixe permear pelas circunstâncias locais.

Schwartz, um dos fundadores do Departamento de Ergologia da Universidade de Provence, diz que, antes de se perguntar se a experiência é formadora, é preciso redefini-la. Para tanto, percorre a história filosófica do conceito para mostrar a dificuldade da questão. E a partir de tal itinerário, faz emergir algo que denomina “experiência”, em oposição à “experimentação”. Para o autor, o encontro das situações de trabalho nos obriga a devolver um sentido à oposição entre ‘experiência’ e saberes mais formais. De que forma é o interrogante do qual a filosofia deve dar conta? Associada a esta problemática está a dificuldade de colocar a experiência em palavras. É deste ponto que parte Daisy Cunha. Participante da equipe do Projeto CAPES/PROEJA do Estado de Minas Gerais,

apoia-se em outras pesquisas cuja matéria-prima é a escrita de trabalhadores e suas atividades de trabalho, para contribuir com o campo epistemológico. A autora nos convida a pensar o problema da formação do trabalhador através da análise do próprio trabalho, buscando compreender as relações entre tomada de consciência, através da verbalização da atividade em situação de trabalho e o desenvolvimento humano.

Marise Ramos, também, como convidada – não faz parte de nenhuma das equipes de pesquisa –, sem centrar-se no PROEJA, nos ajuda a interrogá-lo, ao trazer a compreensão de que a forma integrada da educação básica com a educação profissional, por si só, não expressa a riqueza, a complexidade e o desafio da concepção de educação integrada que tem como horizonte a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores. Pergunta-se sobre a possibilidade de se tomar os processos produtivos concretos como referência para a elaboração de propostas curriculares integradas.

Os demais textos, de autoria das equipes dos estados, envolvidos nas pesquisas do convênio Proeja Capes/Setec, tratam das investigações que - em cada um deles focam diferentes aspectos políticos e pedagógicos da viabilidade, implementação e implantação do PROEJA.

Eliane Dayse Pontes Furtado e Kátia Regina Rodrigues Lima discutem a articulação entre EJA, Trabalho e Educação, na formação profissional levantando as possibilidades de integração entre as áreas supracitadas, problematizando os pontos de confluência entre as áreas e as possíveis dificuldades e possibilidades para consecução deste desafio, imprescindível para uma formação integral de sujeitos jovens e adultos trabalhadores. Concluem afirmando que o Proeja situa-se entre as iniciativas adotadas para atender, em particular, à população jovem e adulta trabalhadora pouco escolarizada, como uma possibilidade inovadora e desafiadora, o que poderá representar a criação de mais um paradigma no campo educacional, desafio que se apresenta para a modalidade, mediante a oferta de ensino fundamental e médio integrado à educação profissional.

Eliza Bartolozzi Ferreira e Edna Castro Oliveira analisam o contexto político que originou o PROEJA e o relacionam às recentes pesquisas sobre o mundo do trabalho. Os dilemas epistemológicos do PROEJA, destacados na análise, se expressam na categoria integração e as possibilidades de organização do currículo integrado na confluência dos campos da educação profissional e da EJA. O artigo, por fim, adverte sobre o limite da convivência de projetos múltiplos e heterogêneos em sistemas de ensino deficientes estrutural e pedagogicamente.

Domingos Leite Lima Filho apresenta em seu artigo a concepção da educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, e discute desafios políticos e pedagógicos para a sua efetiva construção como política pública, partindo das diretrizes e dos princípios norteadores desta política educacional e verificando de que forma a integração proposta é tratada nos documentos normativos do PROEJA. Trata ainda do percurso de implementação do referido

programa no âmbito da rede estadual de educação do Paraná no período 2007/2008, discutindo logros e percalços, possibilidades e limites para que tal programa possa efetivamente constituir-se como política pública.

Marília Paixão Linhares e Ernesto Macedo Reis apresentam a avaliação de uma experiência de inovação curricular no ensino presencial de ciências com uma turma de jovens e adultos, apoiada na metodologia de Aprendizagem Baseada em Casos, no Espaço Virtual de Aprendizagem e na avaliação processual, que tem por objetivo oportunizar a participação dos estudantes em processos de investigação a partir de temas selecionados, favorecendo uma aprendizagem para o trabalho e a cidadania e propiciando o desenvolvimento de atitudes profissionais, capacidade de reflexão e habilidades de cooperação, leitura, escrita e exposição oral. O artigo segue tendo como objeto da análise a evolução das concepções dos estudantes durante a realização de um estudo de caso sobre nanotecnologias, conduzido de forma integrada pelos professores de ciências.

Mad´Ana Desirée Ribeiro de Castro, Maria Margarida Machado e Jacqueline Maria Barbosa Vitorette, buscam retomar conceitualmente o desenvolvimento lógico e histórico da Educação Integrada, a partir de reflexões teórico-práticas desenvolvidas na Educação Profissional e Tecnológica e na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, com destaque para a concepção de Trabalho como princípio educativo, matriz do campo da Educação Profissional e Tecnológica, numa perspectiva emancipatória, bem como pelo referencial freiriano de Educação de Jovens e Adultos, mediada pelo diálogo e pela construção coletiva de conhecimento. Finalizam este caminho reflexivo destacando a Educação Integrada, na efetivação do Proeja, no que ela representa ao mesmo tempo conceito, experiência histórica e intencionalidade que se faz e se refaz e que faz e refaz os processos educativos empreendidos pela sociedade.

Alvaro Hypólito, Maria Clara Fischer, Mauro Del Pino, Naira Lisboa Franzoi e Simone dos Santos, a partir dos dados de pesquisa sobre a implementação do PROEJA no Rio Grande do Sul, discutem as relações entre saber, trabalho, currículo e exclusão. Concluem os autores que o PROEJA nas instituições federais da rede de Educação Profissional e Tecnológica enfrenta inúmeras dificuldades na sua implantação, mas é ainda uma possibilidade de aprofundamento de experiências educativas dos trabalhadores.

Pode-se dizer que este último é o fio condutor da seção temática apresentada: apontar os limites que se impõem à implementação do Programa, limites esses de todas as ordens, e ao mesmo tempo trazer à tona, através do que se vislumbra em meio às experiências desenvolvidas nos diferentes estados, as possibilidades que se criam para a formação humana dos trabalhadores. É esta a contribuição que pretendemos dar com a presente coletânea.

Naira Lisboa Franzoi é doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); professora adjunta da Faculdade de Educação (FACED) e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Maria Margarida Machado é doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e do Programa de Pós-Graduação da FE/UFG

Notas

1 Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas.

2 Para detalhes, ver Franzoi et al., 2004.

3 Grupo de Trabalho

Trabalho e Educação da Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação.

4 A Lei Ordinária Nº11892 de 29 de dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, portanto, a maioria do Cefets passam a se constituir em institutos federais, denominando-se IFTs.

5 Os respectivos projetos de pesquisa podem ser acessados pelo site www.forumeja.org.br/pf.

6 Estes resultados podem ser acessados no site da Anped, no endereço do GT 9

– Trabalho e Educação e do GT 18

– Educação de Jovens e Adultos.

